LEI Nº 768, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnica e dá outras providências.

Antonio Guilherme Nunes, Prefeito do Município de União de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica na Área da Saúde entre o Município de União de Minas e o Município de Iturama, com o objetivo de prestar serviços assistenciais especializados na área da saúde.

Parágrafo Único – Os serviços assistenciais especializados na área da saúde mencionados no caput do Art. 1º serão acobertados com repasses mensais do Fundo Municipal de Saúde de União de Minas ao Fundo Municipal de Saúde de Iturama, que contraprestará os referidos serviços à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de União de Minas à Secretaria Municipal de Iturama,

Art. 2º. Para cobrir as despesas provenientes do convênio mencionado no Art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) com a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Órgão:	02 - Poder Executivo
Unidade:	06 – Fundo Municipal de Saúde
Função:	10 – Saúde
Sub-função:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa:	0007 – PROSAÚDE – PROGRAMA SAÚDE POPULAÇÃO
Projeto/Atividade:	2083 – Manutenção da Saúde Pública
Elemento de Despesa:	3.3.41.41.00 - Contribuições
Fonte de recurso:	102 – Receita de impostos e de transferências de impostos vinculados à Saúde.....R\$ 4.000,00

Art. 3º. Constitui recursos para abertura de Crédito Adicional Especial mencionado no artigo anterior, a anulação parcial da seguinte dotação:

Ficha 151 – 02.06.10.302.0007.2083.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos vinculados à Saúde.....R\$ 4.000,00

Art. 4º Fica também o Poder Executivo, se necessário, autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber mediante Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União de Minas, 02 de outubro de 2014.

Antonio Guilherme Nunes
Prefeito